



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0001512-42.2018.8.26.0566 - 2018/000393**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Réu: **MARCIO AUGUSTO**
 Data da Audiência: **28/06/2018**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **MARCIO AUGUSTO**, realizada no dia 28 de junho de 2018, sob a presidência do **DR. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado da Defensora Pública **DRA. AMANDA GRAZIELLI CASSIANO DIAZ**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Em seguida, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas **THIAGO ROCHA GONÇALVES** e **THIAGO CESAR PASCOALINO**. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa. As partes desistiram da oitiva da testemunha faltante, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates, os quais foram realizados em mídia digital (*Manifestações registradas por meio audiovisual, estando disponíveis para consulta de acordo com o artigo 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos. VISTOS. MARCIO AUGUSTO**, qualificado nos autos, foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

denunciado como incurso nas penas do artigo 33, *caput*, da Lei nº11.343/06, porque, de acordo com a denúncia, no dia 12 de fevereiro de 2018, por volta das 18:50min, na avenida João Dagnone, 218, bairro São Carlos I,, nesta cidade e comarca, trazia em suas vestes, para fins de mercancia, para consumo de terceiros, 15 porções de Cannabis Sativa L pesando ao todo 21,1g e 38 porções de cocaína, sob a forma de pedras, substâncias entorpecentes que determinam dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Notificado, o réu apresentou defesa prévia (fl. 144/146). A denúncia foi recebida em 24 de abril de 2018 (fl. 153/155). Nesta audiência procedeu-se a oitiva de três testemunhas, interrogando-se o réu na sequência. As partes manifestaram-se nos debates orais. O Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia. A Defensoria Pública, de outra parte, pugnou a aplicação da causa de diminuição prevista no parágrafo 4º da Lei 11.343/06. **É o relatório. Decido.** A ação penal é procedente. A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 11/12 e pelos laudos de exame químico-toxicológico de fls. 49/53. A autoria também é certa. Interrogado na presente audiência, o réu admitiu a prática da infração penal que lhe é atribuída dizendo que com o propósito de angariar fundos para sustentar seu vício em crack aceitou a proposta de terceiro que lhe ofereceu entorpecentes a fim de que fossem vendidos. A confissão harmoniza-se com os elementos amealhados em contraditório. Ouvidos sob o crivo do contraditório, os Policiais Militares Thiago Rocha Gonçalves e Thiago César Pascoalino prestaram declarações uniformes sobre o fato. Disseram que empreendiam patrulhamento de rotina no local do fato, notório ponto de venda de drogas desta cidade, quando presenciaram o momento em que o denunciado entregava pedras de crack para uma senhora. Abordado, o acusado trazia consigo em suas vestes as outras porções de crack, bem assim as porções de maconha apreendidas. Indagados, o réu admitiu que promovia o comércio ilícito a mando de terceiro e a outra pessoa asseverou que estava no local para comprar tóxicos comercializados pelo acusado. As testemunhas acrescentaram que houve apreensão de numerário. Tais circunstâncias aliadas à confissão judicial não deixam dúvidas quanto à responsabilidade criminal do acusado, impondo-se, em consequência, o acolhimento da pretensão condenatória expressa na denúncia. Inviável na hipótese o reconhecimento da causa de diminuição de pena descrita no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06, tendo em vista que o denunciado ostenta a condição de reincidente, conforme se extrai do teor da certidão encartada à fls. 131/135. De acordo com jurisprudência consolidada, não se aplica o redutor ainda que a reincidência não seja específica. Passo a dosar a pena. Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena base no mínimo legal em 05 anos de reclusão e no pagamento de 500 dias-multa. Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea e em seu desfavor a agravante da reincidência, já referida. Promovo a compensação, mantendo a pena intermediária no mínimo legal e tornando-a definitiva ante a ausência de outras causas que ensejem a exasperação ou abrandamento. Tratando-se de delito assemelhado aos hediondos, praticado por réu reincidente, estabeleço o regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta, sem substituição por restritivas de direitos. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **MARCIO AUGUSTO** à pena de 05 anos de reclusão em regime inicial fechado e 500 dias-multa, em valor mínimo, por infração ao artigo 33, *caput*, da Lei nº11.343/06. Permanecem inalteradas as condições de fato que ensejaram a decretação da prisão preventiva, razão pela qual não se admite recurso em liberdade. Declaro o perdimento em favor da União do valor apreendido e determino a incineração das drogas. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de recorrer da presente decisão. O MM Juiz determinou o recebimento do recurso, abrindo-se vista à Defensoria Pública para apresentação das razões recursais.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Promotor:

Acusado:

Defensora Pública: